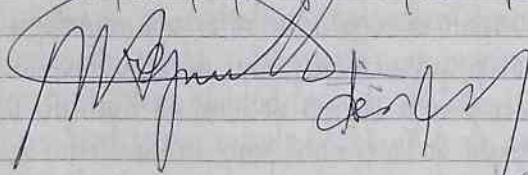
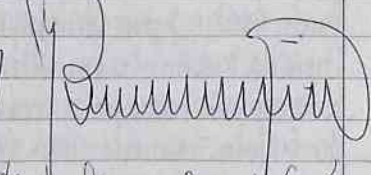


disse que em Cabo Frio, para presso que o ignorado Raymond Rago na
mará e rearenze, nos idos de 1950 fundasse o Ginásio Cabo Frio, e o
Poder Público à época nada fizera. Disse que não iria responder a inúmeras
perguntas maldosas, pois o momento não dava lugar para manifestações me-
noras, o que se avana na a grandeza, o lampejo de um novo tempo para
a Educação, para a mudança. Finalizando, disse que os Senhores Vereado-
res estavam de parabéns, lamentando Deus não houvesse permitido que
seu filho pudesse ter tal privilégio, mas por certo os filhos e netos dos ib-
rios Lepoldos por certo o teriam. A seguir, ocupou a tribuna, a Vere-
adora Thana Auxiliadora Ramos Nêunica, falando inicialmente do seu con-
tato com o Sr. Artado favoravelmente a Indicação nº 085/98, consi-
derando que o prédio do "Antrinho" e sua área, eram realmente ideais
para instalação de uma faculdade em Cabo Frio. Ponderou que real-
mente eram inúmeras as dificuldades para o jovem Cabo-friense en-
trar uma faculdade, sendo raros os que conseguiram alcançar um ní-
vel superior de ensino. Ponderou a Indicação meritória e de gran-
de alcance para o Município, que assim, teria a formação de gerações
que irão contribuir para o progresso de Cabo Frio, no que encerrou
na fala. Não fazendo mais declarações para o uso da tribuna em Expleta
edu. Social, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome
de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata,
que depois de lida, submetida a Aprovação Financeira, Apreciada, seja
assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Reunião Segunda Sessão
Ordinária do Primeiro Período
Legislativo da Câmara Municipal
de Cabo Frio, realizada no dia 02/
dois de abril do ano de 1998 mil
novecentos e noventa e oito.

Os dezeto horas do dia (12) dias de abril do ano
 de (1998) mil noovecentos e noventa e oito, sob a Presidência do Vereador
 Waldir Baurivo de Aguiar Neto e com a compareção do Primeiro Secretário
 no pelo Vereador Sr. Benedicto Campes Filho, reuniram-se Ordinariamente
 a Câmara Municipal de Cabo São Gilim desses, responderam a chamada
 regimental os seguintes Vereadores: Ayr Silva da Rocha, Carlos Pires de
 Aguiar, Edson Silva Magalhães, Gustavo Antonio Guimarães Evangelista,
 Fábio dos Santos Mendes, Raquel Schmidt, Rangel Luciano da Silva Filho,
 Ricardo Andrade Pinho, Maria Auxiliadora Vargas Rêcnica, Milton Roberto Ara
 ra de Souza, Osmar Campes da Silva, Volney Rodrigues da Silva. Por meio
 no meio regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão
 em nome de Deus. O Sr. Sr. foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da
 décima Sessenta e Sétima Sessão Ordinária do Primeiro Conselho Legislativo. A seguir
 o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental soluciona ao Sr.
 Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constava do seguinte:
 Padre João Luiz Franco Cruzado, assunto: Soluciona apoio desta Câmara, na
 forma de doação do ordém de quatrocentos reais, para aquisição de pain
 za a ser utilizada pelo altar que representa o S. Jesus Cristo, no Arco da
 Igreja, nas Solenidades da Semana Santa, Projeto de Resolução nº 00498
 de autoria do Vereador Gustavo Antonio Guimarães Evangelista, assunto: Al
 tura o Artigo 31 do Resolução nº 445/95 (Anexo Interno) e cria a Co
 missão Permanente de Emprego, Trabalho e Desemprego Econômico
 e Social, Requerimento nº 029/98 de autoria da Vereadora Maria Aux
 iliadora Vargas Rêcnica, assunto: Soluciona ao Superintendente da Ceresca
 puniçao do Caixa d'água localizada no Bairro de Limão na locali
 dade de Ribeirão de Adria, Bairro Jardim Esperança, Indicação nº 091/98
 de autoria do Vereador Eduardo Antonio Kitz, assunto: Soluciona ao Sr.
 Sr. Prefeito Municipal, instalação de rede de energia elétrica na localidade
 de Jócheu - Estrada do Araçá - encaminhado a leitura do Expediente, e não ha
 vendo dados inseridos para o uso da Empresa, o Senhor Presidente con
 cluiu os trabalhos para o Ata do Dia desta etapa, foram apreciadas
 as seguintes matérias: Foi encaminhado para análise da Mesa Diretora
 o Projeto de Resolução nº 00498. Apreciado o requerimento nº 029/98 e reba

da a Indicação nº 091/98 pela ausência do Vereador autor no Plenário. Terminado o Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para a Explicação Pessoal. Como primeiro Orador, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Jáimo dos Santos Mendes, falando inicialmente dos anos prepuzos para o sistema de saúde do Município com o fechamento da Escola de Enfermagem. Dirigiu-se então aos Senhores Vereadores no sentido que empreendiam esforços junto ao Executivo para que não fosse consumado tal fato, retirando os desdobramentos negativos para o Município. Citou que a Escola de Enfermagem de Cabo Frio, era respaldada em todo o Estado do Rio, tendo autorização do Conselho Nacional de Enfermagem única em todo município. Lamentou que o Governo do Estado Blair Fortes tivesse cometido o que considerava um crime contra a saúde pública não apenas em Cabo Frio, mas abrangendo toda região dos Lagos, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Bayle Benedito Branco Filho, agradecendo de imediato ao apoio recebido do Vereador Jáimo dos Santos Mendes, visto o encerramento das atividades da Escola de Enfermagem do Município. Prosseguindo, disse que na condição de profissional de Enfermagem, desde os idos de 1978 lutava pela implantação de uma Escola de Enfermagem em Cabo Frio e assim, era lamentável que a Instituição encerrasse suas atividades. Prosseguindo, disse que a área de Enfermagem era das poucas com garanto de trabalho, após a formação profissional, e, diante de tal quadro solicitava apoio de todos observando gestões para que fosse restabelecido o funcionamento da Escola de Enfermagem. Com relação aos argumentos apresentados pelo Secretário de Educação e Tecnologia, Professor Renato Azeredo, disse que não concordava, e, em reunião com o Secretário Municipal de Saúde afirmara estar a disposição para o encontro de uma solução para a questão, falta de sua vontade em contar com o apoio do Poder Legislativo e também dos demais Vereadores preocupados com a questão, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador João Antonio Guimarães Branco, falando inicialmente de modo de se solucionar de sua autoria, em tramitação na Casa, dispondo sobre a situação

Permanentemente de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento Económico Social, ou seja, a criação de mais uma Comissão Técnica a ser inserida no preceito regimental. Considerou relevante a criação de tal Comissão, no momento em que a Nação atravessava grave crise de desemprego, quando dois milhões de cidadãos ingressavam no mercado de trabalho anualmente, o que reflecte um estado permanente de carência de oferta de trabalho. A seguir, disse que por ser uma questão que afetava de forma sensível a vida do trabalhador, pediu a Mesa, regimentalmente, que desse a sua proposição a acolhida necessária para que fosse dado de forma clara, um passo adiante em tal tema. Adiante, disse ter recebido denúncia de alguns comerciantes de que a Secretaria Municipal de Fazenda estava cobrando taxas de Alvarás de forma indiscriminada prejudicando assim aos pequenos empresários principalmente. Falou da cobrança de taxas de arrendamento, que, no ano de 1994 era de R\$ 34,65 (trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) e em 1998, para o mesmo tipo de comércio, ou seja, para a mesma casa comercial cobrava R\$ 149,09 (cento e quarenta e nove reais e nove centavos). Disse não ser um caso isolado, na medida em que acompanhava o assunto dos mais vários, quando o Município atravessava grave crise sócio-económica, talvez a pior de sua moderna história, e o Governo se negava a dar sua parcela de contribuição o que estaria o fechamento de inúmeras casas comerciais. Afiriu que não veio com a cobrança extorsiva de Alvarás que se resolveriam os problemas de Trabalho, ao contrário, apenas produziria mais desempregados e comerciantes a buro do falência. Gostaria de o assunto mais importante da semana, tendo ouvido na Rádio Trabalho que o Governo tinha interesse em fazer tais cobranças ao comércio. Disse que iria apresentar requerimento de informações, mas, lamentavelmente requerimentos da oposição não eram apreendidos pela Mesa, pelo que dirigiu apelo ao Sindicato Operário e aos líderes para que intercedessem junto ao Executivo para proteger o pequeno empresário de Trabalho ante tal situação de abuso fiscal, no que incuiu na fala. A seguir, ocupou o tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Manoel Jobino do Ibo Ibo, falando inicialmente que a cada

[Handwritten mark]

dia, e o que via melhor de satisfação, o caso demonstrava uma ação progressista, independente das diversas tendências partidárias e ideológicas, o que deveria ser mantido, pois só engrandecia a função do deputado. O requerente manifestou sua solidariedade pela reabertura da Unidade de Enfermagem, o que reflete também a posição dos Vereadores Edson Silva Magalhães e Braz Benedito Arcanjo Filho, como Vereador e profissional de saúde, e, Maria Auxiliadora Ramos Rômico. Com relação ao Projeto de Resolução de autonomia do Vereador Gustavo Antônio Guimarães Paranger, estando a Comissão Técnica Permanente de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento Econômico Local, disse que a iniciativa era das mais saudáveis e positivas, entendendo ainda, que o Governo Municipal deveria voltar suas atenções também para tal enfoque social, engrandecendo o Município na solução dos seus grandes problemas sem acúdos ou acúdos na lide política. Comunicou que na segunda-feira, dia 6 de março, seria realizada audiência pública, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, também com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, da qual era o Presidente, tratando dos conflitos na área rural de Cabo Frio, estando convidadas várias autoridades e lideranças sindicais e do M.S.T além de instituições ligadas ao tema. Disse que o evento marcaria mais uma etapa do Projeto de interiorização das Comissões de Direitos Humanos do Estado, a partir da Câmara que tinha como Presidente a Deputada Philonuda Studart. Disse ainda que o projeto marcaria também o Pentanário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Falou a seguir da aprovação no ano de 1997, pela Casa, de Resolução de sua autonomia, instituindo a Conferência Municipal dos Direitos Humanos, e que no ano de 1998 seria promovida a primeira conferência e assim, encerrou sua fala. Não havendo mais oradores, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus, e, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação definitiva, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signatures and marks]